

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

1. ENQUADRAMENTO

No âmbito da sua actividade, a Black N Share – Sociedade Corretora de Valores Mobiliários, S.A., doravante, BNS – SCVM, S.A, trata dados dos seus Clientes e Contrapartes, assegurando que o seu tratamento é feito de acordo com as regras de protecção da privacidade emergentes da Lei de Protecção de Dados Pessoais (Lei n.º 22/11, de 17 de Junho) e demais legislação aplicável, de acordo com os deveres de confidencialidade a que a BNS – SCVM, S.A., se encontra sujeita nos termos do Regulamento n.º 1/15, de 15 de Maio, bem como nos termos da relação contratual estabelecida e da lei aplicável.

A BNS – SCVM, S.A., dispõe de canais digitais ou aplicações móveis e poderá recorrer a técnicas de estatística e segmentação de clientes (profiling).

2. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

A BNS – SCVM, S.A., é a entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais, na medida em que é a responsável pela determinação das finalidades e dos meios de tratamento dos dados pessoais dos Titulares dos Dados (Clientes e Contrapartes).

3. TIPO DE DADOS TRATADOS

Os dados pessoais tratados correspondem a dados de identificação, como o nome, número do B.I ou Passaporte e número de identificação fiscal, assinatura, nacionalidade e dados de morada e de contacto, como número de telefone e endereço electrónico, necessários para o estabelecimento de relações contratuais entre os Clientes ou Contrapartes e a BNS – SCVM, S.A. e para o cumprimento de obrigações regulatórias, relacionadas, nomeadamente com a prevenção e controlo de fraude, com combate ao branqueamento de capitais,

financiamento ao terrorismo, proliferação de armas de destruição em massa ou com obrigações em matéria fiscal.

4. FINALIDADES DO TRATAMENTO

Os dados pessoais recolhidos pela BNS – SCVM, S.A., são tratados para as seguintes finalidades:

Gestão de Relações Comerciais

O estabelecimento de relações comerciais entre os Clientes e Contrapartes que sejam pessoas singulares e a BNS – SCVM, S.A.

Cumprimento de Obrigações Legais ou Regulatórias

O cumprimento de obrigações regulatórias, relacionadas, nomeadamente com a prevenção e controlo de fraude, com o combate ao BCFTPADM e a verificação das pessoas nas listas de sanções e contramedidas financeiras internacionais, ou com obrigações em matéria fiscal.

O tratamento e prestação de informação obrigatória e resposta a pedidos das entidades reguladoras (e.g. Comissão do Mercado de Capitais, Banco Nacional de Angola) no âmbito do cumprimento de obrigações legais em vigor, bem como em resposta a pedidos de autoridades públicas (e.g. Tribunais, Procuradora Geral da República, Polícia).

Prova de transacções comerciais

Com a finalidade de prova de transacções comerciais e quaisquer outras comunicações respeitantes à relação comercial ou ao cumprimento de obrigações legais.

Gestão de reclamações

Gestão dos processos de reclamações efectuadas à BNS – SCVM, S.A.

5. DESTINATÁRIOS DOS DADOS

A BNS – SCVM, S.A. está obrigada por lei a comunicar às entidades reguladoras que superintendem a sua actividade, e a outras entidades públicas ou oficiais, dados pessoais dos Titulares de Dados, incluindo às seguintes entidades:

- a) Administração Geral Tributária;
- b) Comissão do Mercado de Capitais (CMC), no âmbito dos seus poderes de supervisão, incluindo sobre a prevenção do Branqueamento de Capitais, Financiamento ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PBCFTPADM);

- c) Procuradoria Geral da República (PGR), Unidade de Informação Financeira (UIF) e demais autoridades judiciais, policiais e sectoriais nos termos previstos na Lei de Prevenção e Combate ao BCFTPADM (Lei n.º 5/20, de 27 de Janeiro) com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 11/24, de 4 de Julho, ou competentes no âmbito das investigações decorrentes de uma irregularidade que tenha sido objecto de denúncia e dos processos judiciais subsequentes;
- d) Eventuais sociedades sob domínio da BNS – SCVM, S.A., ou do Grupo BNS, bem como no âmbito das medidas de prevenção de BCFTPADM, de controlo de pessoas ou entidades nas listas de sanções e contramedidas financeiras internacionais e de fraude;
- e) As entidades que, por força de disposição legal, estão encarregadas de processamento de estatísticas oficiais.

Os dados pessoais apenas são transmitidos a terceiros nos casos em que tal se revele necessário à prestação dos serviços que tenham sido contratados ou que se mostrem necessários ao cumprimento de obrigações legais a que a BNS – SCVM, S.A ou outras empresas do Grupo estejam sujeitas.

A transmissão de dados a terceiros é realizada de acordo com a legislação aplicável em matéria de protecção de dados e dentro dos limites das finalidades e fundamentos jurídicos definidos no presente normativo.

Por último, a BNS – SCVM, S.A. recorre, para o exercício da sua actividade, a prestadores de serviços que poderão ter acesso a dados pessoais dos Clientes. A BNS – SCVM, S.A. assegura que nestas circunstâncias adopta todas as medidas técnicas e organizativas consideradas adequadas de forma a assegurar que as entidades subcontratadas que tenham acesso aos dados são reputadas e oferecem as mais elevadas garantias a este nível, e que garantem o cumprimento da legislação aplicável em matéria de privacidade e protecção dos dados dos Clientes e Contrapartes, incluindo no que ao exercício de direitos dos Clientes dos dados diz respeito.

6. PRAZO DE CONSERVAÇÃO DOS DADOS

O tratamento dos dados pela BNS – SCVM, S.A. manter-se-á enquanto forem necessários para a relação contratual estabelecida com os Clientes. Terminada a relação contratual, os dados pessoais dos Clientes manter-se-ão pelos prazos legais obrigatórios ou até que prescrevam, nos termos da lei, os direitos delas emergentes.

7. DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

Nos termos da lei aplicável, aos titulares de dados pessoais, assistem os seguintes direitos:

- a) **Direito de Informação**, que consiste no direito dos Clientes em serem informados pela BNS – SCVM, S.A., entre outros aspectos, sobre a finalidade do tratamento dos dados, a quem podem os mesmos ser comunicados, quais os direitos que lhes assistem e em que condições os podem exercer, bem como quais os dados que têm de fornecer obrigatoriamente;
- b) **Direito de Acesso**, que consiste no direito dos Clientes de acederem aos respectivos dados pessoais que tenham por si fornecidos, sem restrições, sem demoras ou custos excessivos, bem como saber quaisquer informações disponíveis sobre a origem desses dados;
- c) **Direito de Rectificação**, que consiste no direito de os Clientes exigirem que os seus dados sejam exactos e actuais, podendo solicitar a sua rectificação junto da BNS – SCVM, S.A.
- d) **Direito de Eliminação (ou ao “esquecimento”)**, que consiste no direito de os Clientes exigirem a eliminação dos seus dados pessoais dos registos da BNS – SCVM, S.A. quando os mesmos deixem de ser utilizados para as finalidades para que foram recolhidos, sem prejuízo, contudo, dos prazos de retenção que por lei se imponham;
- e) **Direito à Portabilidade**, que consiste no direito dos Clientes de receberem os dados pessoais que tenham fornecido à BNS – SCVM, S.A., num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento;
- f) **Direito à Limitação do Tratamento**, que consiste no direito que os Clientes têm de, em determinadas circunstâncias, solicitarem à BNS – SCVM, S.A. a limitação do tratamento dos seus dados, nomeadamente (i) quando contestem a exactidão dos seus dados pessoais, durante um período que permita à BNS – SCVM, S.A., verificar a sua exactidão; (ii) se o tratamento for ilícito e o Cliente se opuser ao apagamento dos dados, solicitando, em contrapartida, a limitação da sua utilização; ou (iii) quando a BNS – SCVM, S.A. já não precise dos dados pessoais do Cliente para fins de tratamento, mas esses dados sejam requeridos pelo Cliente para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial;
- g) **Direito à Reclamação junto da APD (Agência de Protecção de Dados)**, que consiste no direito de apresentar, sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, uma reclamação à Agência de Protecção de Dados (APD), se o titular dos dados considerar que o tratamento dos dados pessoais que lhe diga respeito viola a Lei n.º 22/11, de 17 de Junho e demais legislação aplicável.

- h) Direito à Oposição**, que consiste no direito dos titulares dos dados de se oporem, a qualquer momento, por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito. A BNS – SCVM, S.A. cessa o tratamento dos dados pessoais, a não ser que apresente razões imperiosas e legítimas para esse tratamento que prevaleçam sobre os interesses, direitos e liberdades do titular dos dados, ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.
- i) Direito de retirar o consentimento**, que consiste no direito dos titulares dos dados em retirar o seu consentimento a qualquer momento. O consentimento deve ser tão fácil de retirar quanto de dar. A retirada do consentimento não compromete a licitude do tratamento efectuado com base no consentimento previamente dado. Antes de dar o seu consentimento, o titular dos dados é informado desse facto.

Para o exercício de qualquer dos seus direitos, os Clientes poderão dirigir-se, por escrito, à BNS – SCVM, S.A para a morada indicada no ponto 9., *infra*, ou utilizar outro canal que a BNS – SCVM, S.A., disponibilize para esse efeito.

8. SEGURANÇA

A BNS – SCVM, S.A. assegura que as medidas de segurança físicas, lógicas, técnicas e organizativas, de forma a proteger os dados pessoais dos seus Clientes contra a sua difusão, perda, uso indevido, alteração, tratamento ou acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito.

9. CONTACTOS

Para obter qualquer esclarecimento relacionado a presente Política de Privacidade ou para o exercício de qualquer dos seus direitos, os Titulares dos Dados poderão contactar:

Encarregado de Protecção de Dados

- Através do correio electrónico dirigido ao Encarregado de Protecção de Dados, para: pd@bns.ao

- Através de comunicação escrita dirigida a:

BNS – SCVM, S.A.

Encarregado de Protecção de Dados

Condomínio Belas Business Park, Edf. Cabinda, 6.º Andar, 601 – D, Talatona

Luanda

Responsável de Protecção de Dados

- Através do correio electrónico dirigido à Responsável de Protecção de Dados, para:
rpd@bns.ao
- Através de comunicação escrita dirigida a:
BNS – SCVM, S.A.
Responsável de Protecção de Dados
Condomínio Belas Business Park, Edf. Cabinda, 6.º Andar, 601 – D, Talatona
Luanda

Os Clientes poderão ainda, caso o pretendam, apresentar reclamações ou pedidos de informação junto da Agência de Protecção de Dados, que é autoridade de controlo para efeitos da Lei n.º 22/11, de 17 de Junho.

10. APROVAÇÃO, ENTRADA EM VIGOR E DIVULGAÇÃO

A presente Política foi aprovada em reunião de Conselho de Administração e entra em vigor na data da respectiva aprovação, podendo ser alterada por deliberação deste órgão.

A presente política é disponibilizada para consulta no sítio da internet da BNS – SCVM., S.A.

11. REVISÃO E ACTUALIZAÇÃO

Esta Política é revista pelo Conselho de Administração, sempre que se justifique, em função das eventuais alterações legislativas ou de outros desenvolvimentos relevantes.